



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 10 de Setembro de 2019

Envelhecimento é 'janela' para melhorar educação, diz estudo

Por Hugo Passarelli | De São Paulo

Apesar de movimentos erráticos do governo federal na educação básica, há espaço para buscar saídas que mudem o quadro de baixa aprendizagem dos brasileiros, defende o estudo "Para Desatar Os Nós da Educação: Uma Nova Agenda", que será apresentado hoje em São Paulo.

A mudança demográfica em curso no país, que vai reduzir a demanda por escolas e favorecer o gasto per capita, joga a favor de uma virada de rota no ensino público. Segundo o estudo, cada série deverá ter 500 mil alunos a menos até 2040. Além disso, mais de 60% dos professores em atividade poderiam se aposentar nos próximos dez anos, o que abriria uma janela para alterar a carreira dos novos entrantes.

Autor da análise, João Batista Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, diz que é necessário aproveitar o envelhecimento dos professores para criar uma nova carreira, mais atrativa, e que selecione os profissionais mais capacitados. "Devemos buscar quem faz mais de 700 pontos no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] para a carreira", exemplifica.

Paralelamente, seria feito um

esforço para que os atuais contratados conseguissem ensinar melhor os alunos. "A única solução conhecida na literatura é adotar um ensino estruturado, em que você dá conteúdos muito bem organizados para o professor fazer em sala", afirma.

Para elaborar as propostas, Oliveira diz que buscou se contrapor ao que chama de "consenso" da educação, isto é, as ideias que têm ditado as políticas públicas na área nos últimos anos.

"Temos uma espécie de pensamento único dominante na educação, o que é preocupante porque, primeiro, não se avança sem contraditório. E, segundo porque me parece que o diagnóstico é equivocado", diz. Em sua opinião, essa linha inspirou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Aprovado em 2014 e com vigência de dez anos, o PNE é um conjunto de 20 metas para melhorar o acesso e a qualidade da educação pública. Só um dos objetivos foi totalmente cumprido, o de atingir, entre os docentes do ensino superior, a proporção de ao menos 75% de mestres e doutores. Pelo dado mais recente, de 2017, o percentual era de 79,6%.

O PNE também previa elevar, progressivamente até 2024, os gastos em proporção do PIB para

10%. Esta e a maioria das metas previstas no plano também são criticadas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que as considera irrealizáveis.

Oliveira faz parte da corrente dos que defendem que o atual nível de gasto com educação - em torno de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) - não precisa ser elevado para atingir melhores resultados. Ele reconhece, porém, que o nível de gasto por aluno na educação básica tem peso relevante. "A partir de R\$ 7 mil ao ano, porém, os dados de avaliação disponíveis mostram que o ganho é marginal", afirma

O presidente do Instituto Alfa e Beto também é crítico da proposta de tornar permanente o Fundeb, principal fundo de financiamento da educação básica, em especial se houver alguma vinculação do aumento de recursos a variáveis como o crescimento do PIB. Neste cenário, o país criaria uma conta "impagável" a exemplo do ocorreu com a Previdência Social, afirma.

Hoje, a proposta defendida pelo MEC é elevar a complementação da União ao Fundeb de 10% para 15% num prazo de cinco anos a partir de 2021. Já o relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema que tramita na Câmara dos Deputados, a ser apresentado em breve, deve prever que o repasse triplique nos próximos dez anos.





O especialista argumenta que, em meio à promessa do governo de descentralizar a administração pública, Estados e municípios tentem criar arranjos para as políticas. "O fato de o governo não estar conseguindo tocar a agenda cria espaço para Estados e municípios assumirem protagonismo", diz. Nesse sentido, ele propõe criar um "Simples educacional" para os municípios com menos de 20 mil habitantes, isto é, uma estrutura administrativa mais enxuta para as localidades que atendem a uma parcela menos significativa de estudantes.

Mesmo que falte a "perna" da União, Oliveira afirma que este cenário talvez seja mais favorável dado o "mal que o MEC já fez no passado". Em sua opinião, a atual gestão do MEC repete 99% do que era feito até então. "Os ruídos são marginais e não têm o impacto na realidade", afirma.

Oliveira ainda defende testar, apesar dos riscos e de resultados ambíguos nas experiências internacionais, a política de vouchers, uma espécie de "vale-escola", em que os pais recebem recursos do governo para colocar os filhos nas instituições de sua escolha.

"Experimentos controlados poderiam, por exemplo, avaliar o uso de 'vouchers' para que as famílias que procuram creches públicas utilizem diferentes formas de serviços - inclusive na forma de educação familiar, mães crecheiras, centros de recreação e creches não públicas", diz.

Outra vertente para o uso dos vouchers, ele sustenta, seria o ensino médio profissional, "que precisa ser expandido com rapidez e para o qual o setor privado é especialmente vocacionado".

MEC quer implantar no país modelo de fundo patrimonial comum nos EUA

Por Edna Simão | De Brasília

Para alavancar os recursos para o financiamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas universidades federais em um cenário de forte restrição fiscal, o Ministério da Educação (MEC) quer trazer para o país os investimentos dos fundos patrimoniais dos Estados Unidos. O objetivo é que os gestores americanos não só apliquem como façam parte do conselho de administração do Fundo Soberano do Conhecimento, que inicialmente contará com um patrimônio de 4,4 mil imóveis.

O secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, disse ao Valor que a intenção é ter um grande fundo patrimonial do MEC para aplicar os recursos em projetos rentáveis das 63 universidades federais. "Vamos desenvolver produtos financeiros para esses agentes", disse Lima. "A ideia é que alguns deles [gestores de fundos patrimoniais] já estejam no conselho de administração [do fundo patrimonial do MEC] porque eles já investem em empresas do mundo todo."

Segundo um levantamento do MEC, a Universidade do Texas investe em 1.650 empresas nos Estados Unidos; 149 na China; 124 no Reino Unido; 68 no Canadá; 66 na Índia; 56 na Alemanha; e 49 no Brasil. Com esses dados, o secretário disse que o MEC começou a mapear onde e em que tipo de empresas a Universidade do Texas está aplicando no Brasil para desenvolver produtos que atendam a demanda e elevem os investimentos em educação. "Vamos começar a desenvolver produtos financeiros de longo prazo com fundo de investimento imobiliário e fundo de investimento de participações", frisou o secretário. "Mesmo antes da provação do Future-se, este é um instrumento financeiro importante", contou o secretário.

Lima reforçou que o MEC já está conversando com todos os agentes de fundos patrimoniais das universidades americanas e pretende mostrar uma carteira de projetos para saber o que desperta mais interesse desses investidores estrangeiros. "Vamos focar em dois projetos específicos. Um quer fazer uma espécie de Ibis dos estudantes", frisou, explicando que serão alojamentos que oferecem uma estrutura melhor que os públicos, mas

exige um pagamento.

Na avaliação dele, o projeto é atrativo pois no país cerca de 30% dos universitários estudam em cidade ou Estado diferentes dos que residem. O MEC também está mapeando os parques tecnológicos para ver quais precisam de recursos para ser concluídos.

Inicialmente, o fundo patrimonial do MEC contará com um patrimônio de 4,4 mil imóveis, que será administrado por uma associação de direito privado, sem fins lucrativos. Poderão fazer parte dessa associação representantes da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além do Banco do Brasil (BB).

O governo quer ainda aumentar as doações de pessoa física, empresas e investidores internacionais em projetos feitos pelas universidades. Segundo o secretário, as doações já poderiam ser feitas, mas agora poderá ser feito para um estudante ou projeto específico. Para alavancar as doações, o MEC quer ter, por exemplo, um 0800 para estimular as doações.





Em busca de investimentos

MEC quer recursos de fundos de universidades americanas no Brasil



Fonte: Ministério da Educação

Orçamento de 2020 diminui em 52,4% recursos para investimentos do MEC

CONTAS PÚBLICAS

Paula Salati
São Paulo
paulas@dcicom.br

● O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020 prevê corte de recursos para os investimentos do Ministério da Educação (MEC) e para as despesas obrigatórias da pasta com todas as etapas de ensino.

Somente na área de novos investimentos, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) deverá reduzir em 52,4% a alocação de recursos. Enquanto na LOA de 2019, havia uma previsão de direcionar R\$ 4,931 bilhões para novos projetos, no PLOA de 2020, essa estimativa recuou para apenas R\$ 2,347 bilhões. Os recursos de investimentos são direcionados para novos projetos, como construção de laboratórios e salas de aulas.

Para o Ensino Superior – que é a principal atribuição do Executivo federal na área da educação – há uma previsão de queda de recursos de 19,6%, ou seja, de um patamar de R\$ 36,214 bilhões, para R\$ 29,086 bilhões.

Já as transferências federais para a Educação Básica – sob gestão dos estados e municípios – deverão diminuir em 33%, de R\$ 17,138 bilhões, para R\$ 11,482 bilhões. Para a educação profissional de jovens e adultos, o orçamento caiu de R\$ 12,943 bi-



Na semana passada, o MEC anunciou o congelamento de 5.613 das 211.7

lhões para R\$ 11,784 bilhões, retração de 9% no período.

A área de desenvolvimento científico também não foi poupada pelo governo, que continuará cortando recursos em 2020, assim como em 2019. O orçamento para esta área caiu 45,8% na PLOA 2020, ao passar de R\$ 694 milhões na programação deste ano, para R\$ 375 milhões no próximo.

A diretora geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (Ceipe-FGV), Claudia Costin, diz que o clima entre

os movimentos e ativistas da área da educação é de "tristeza, frustração e revolta".

"Está claro que a Educação Básica e Superior, bem como a pesquisa científica não são prioridades deste governo", declara Costin. "Percebemos isso no processo de negociação do Orçamento no Congresso. Teve ampliação de recursos para fundo partidário, mas não para a Educação", complementa.

Claudia Costin comenta que nos últimos anos, a pesquisa brasileira alcançou um alto nível de desempenho em diversas áreas: na genética, na





84 bolsas de pesquisa da Capes

bioengenharia, na pesquisa sobre temas importantes, como o vírus da zika. “Cortar recursos para essas áreas significa abrir mão de novas patentes; de formar um capital humano com maior produtividade. A gente começa a se questionar o que, de fato, estamos construindo para o Brasil no longo prazo”, lamenta a especialista da FGV.

Cortes na pesquisa

No último dia 2, o MEC chegou a anunciar por meio de nota, corte de recursos para a pesquisa científica já neste ano.

No documento, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou o congelamento de 5.613 das 211.784 bolsas ativas. O bloqueio temporário corresponde a 2,65% do total.

Segundo a nota, a medida se fez necessária para adequar as contas ao contingenciamento sofrido pela instituição. O secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, afirmou que a pasta tem trabalhado junto à Capes para ter mais recursos em 2020 — no próximo ano, o orçamento da instituição será reduzido.

“A Capes é uma instituição fundamental no fomento da pesquisa em todo o território nacional”, afirmou. “Estamos vendo várias alternativas. Todas as alternativas estão na mesa. A Capes tem feito todo um trabalho de realinhamento das bolsas”, concluiu. O congelamento será mantido até o início da vigência de novas concessões, afirmou o MEC.

Aportes totais

A proposta orçamentária para 2020 prevê R\$ 19,36 bilhões em investimentos, o equivalente a 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor é 29,3% menor que o previsto na Lei Orçamentária de 2019 e está 15% abaixo do valor que deve ser de fato executado ainda este ano, de R\$ 22,8 bilhões), devido aos contingenciamentos ocorridos em 2019. Com isso, os investimentos serão o menores em 10 anos.

É só uma carteirinha

Criação de identificação digital para alunos é acerto; cumpre despolitizar tema

Até meados de 2001, cabia exclusivamente à União Nacional dos Estudantes (UNE) emitir o documento que facultava a alunos de todo o país usufruir o direito à meia-entrada em exhibições cinematográficas, shows e outros eventos culturais.

Em agosto daquele ano, uma medida provisória editada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) deu cabo do monopólio. A providência, acertada, produziu um efeito indesejado.

Ao permitir que a identificação estudantil fosse expedida pelos estabelecimentos de ensino, a nova regra facilitou a falsificação.

A situação mudou novamente em 2015, com a regulamentação de uma lei promulgada em 2013, a qual buscou corrigir o problema e estabelecer um limite, fixado em 40%, de ingressos a serem vendidos pela metade do valor.

O diploma padronizou a emissão das carteirinhas e estendeu o serviço a um conjunto maior de entidades,

como a Associação Nacional de Pós-Graduandos e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas —além da UNE, que têm nele sua principal fonte de renda e é controlada pelo PC do B.

Na última sexta-feira (6), deu-se o passo final para acabar com esse cartório dessas entidades. Por meio de uma medida provisória, o governo Jair Bolsonaro (PSL) criou a carteira de identificação estudantil em formato digital.

Dentro de 90 dias, discentes da educação básica, profissional e superior poderão obter o documento diretamente na internet, por meio de lojas de aplicativo, ou requerê-lo na forma física em agências da Caixa Econômica Federal. Em ambos os casos, de maneira gratuita.

Difícilmente haverá argumento razoável contra a MP, que faz uso elementar da tecnologia e, mais importante, contempla os interesses dos estudantes. É pena, mas não surpresa, que o presidente tenha aproveitado a iniciativa para estimular a polarização política.

Ao inserir a medida no contexto de uma imaginária luta contra o socialismo, Bolsonaro excita sua militância mais fiel e revela objetivos menos elogiáveis do que apenas facilitar a vida dos alunos.

Apoio a Maia é maior na base de Bolsonaro, diz Datafolha

Apoiadores do presidente também são os que mais aprovam o Congresso, apesar da constante troca de farpas

Guilherme Magalhães

SÃO PAULO Apesar da retórica de confronto que Jair Bolsonaro (PSL) direcionou ao Congresso e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os apoiadores do presidente da República são os que mais aprovam a atuação do Legislativo e do deputado, que assumiu agendas e discursos que levaram colegas a vê-lo como um "primeiro-ministro".

Segundo pesquisa Datafolha realizada nos dias 29 e 30 de agosto, o desempenho de Maia é avaliado como ótimo/bom por 25% dos entrevistados que dizem conhecê-lo. Esse índice vai a 35% entre aqueles que também avaliam dessa forma o governo Bolsonaro.

A atuação de deputados e senadores também é mais bem avaliada pelos apoiadores do chefe do Executivo.

Enquanto o trabalho do atual Congresso é classificado como ótimo/bom por 16% dos entrevistados em geral, essa avaliação sobe para 30% entre aqueles que dizem ter o PSL como partido de preferência,

e para 33% entre aqueles que aprovam o governo.

O Datafolha ouviu 2.878 pessoas em 175 municípios de todo o país. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

A avaliação do Congresso também era melhor entre apoiadores dos governos Lula, Dilma e Temer, segundo pesquisas do Datafolha.

No primeiro semestre, Rodrigo Maia assumiu papel de liderança na articulação pela aprovação da reforma da Previdência e agora busca manter a Câmara no centro do debate político ao tocar as reformas tributária e administrativa.

No meio desse caminho, foi alvo de críticas tanto de Bolsonaro como de integrantes do governo.

Em março, por exemplo, o presidente comparou Maia a uma namorada que quer ir embora. A declaração foi dada depois do relato de que o deputado teria dito ao ministro Paulo Guedes (Economia) que deixaria as negociações

políticas da reforma.

"Você nunca teve uma namorada? E quando ela quis ir embora o que você fez para ela voltar, não conversou? Estou à disposição para conversar com o Rodrigo Maia, sem problema nenhum", afirmou o presidente na ocasião.

Três meses depois, Bolsonaro acusou parlamentares de tentarem transformá-lo em uma "rainha da Inglaterra" com a aprovação de um projeto de lei que previa lista triplíce para indicados à chefia de agências reguladoras.

O presidente vetou esse trecho do texto, entre outros, ao sancionar a lei.

"Se isso aí se transformar em lei, todas as agências serão indicadas por parlamentares. Imagina qual o critério que vão adotar. Acho que eu não preciso complementar", afirmou Bolsonaro quando anunciou que iria vetar parte do projeto.

Maia, por sua vez, já disse que o governo Bolsonaro é uma "usina de crises": "Nós blindamos a reforma da Previdência de crises que são, muitas vezes, geradas quase todos os dias pelo governo. Cada dia um ministério gerando uma crise".

O deputado também trocou farpas com o ministro da Justiça, Sergio Moro, chamando-o de "funcionário" de Bolsonaro e autor de um pacote anticrime que não passava de "copia e cola" do projeto do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Recentemente, em meio à crise das queimadas na Amazônia, o presidente da Câmara criticou a posição de Bolsonaro de não aceitar ajuda financeira internacional e afirmou que "o Brasil não pode abrir mão de nenhum real".

Maia, assim como o presidente do Senado, Davi Alco-

lumbre (DEM-AP), e os ministros do STF, chegaram a ser alvo de manifestações organizadas por bolsonaristas, mas esses atos perderam força nos últimos meses.

O presidente da Câmara é mais bem avaliado entre homens, pessoas com 60 anos ou mais, com ensino fundamental e com renda superior a dez salários mínimos.

Na comparação regional, Maia repete o desempenho de Bolsonaro: é mais mal avaliado no Nordeste, com índices melhores no Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

A avaliação do Congresso, segundo o Datafolha, se manteve estável em relação à última pesquisa, realizada no início de julho.

Consideram ótimo/bom o trabalho dos atuais deputados e senadores 16% dos entrevistados; 45% avaliam como regular, e 35% como ruim/péssimo. Em julho, esses índices eram de 16%, 42% e 38%, respectivamente. Não souberam responder 4%, em ambas as pesquisas.

A reprovação ao Congresso sobe para 40% na faixa de pessoas com 35 a 44 anos, mesmo percentual entre aqueles com nível superior de escolaridade. O Nordeste é a região onde o Legislativo tem a pior avaliação, enquanto no Centro-Oeste registra a melhor.

Pesquisa Datafolha divulgada em 2 de setembro mostrou que a reprovação de Bolsonaro subiu de 33% para 38% em relação ao levantamento anterior feito pelo instituto, no início de julho.

O presidente criticou a pesquisa e questionou se alguém ainda acredita no instituto.

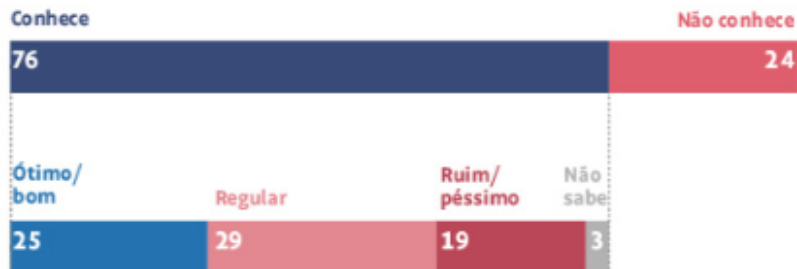
"Alguém acredita no Datafolha? Você acredita em Papai Noel? Outra pergunta", afirmou Bolsonaro ao deixar o Palácio da Alvorada.





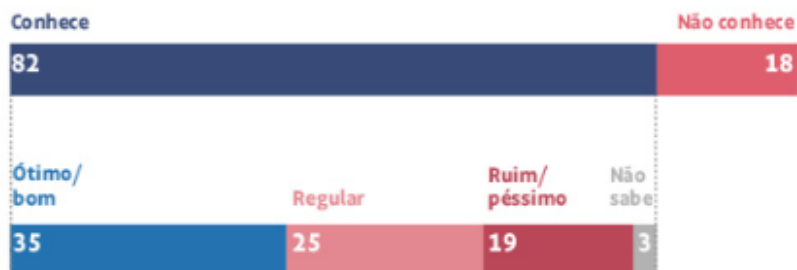
Parcela da população que apoia Bolsonaro é a que mais aprova Maia e Congresso

Avaliação de Rodrigo Maia (DEM-RJ), em %



A avaliação de Maia melhora entre aqueles que avaliam o governo Bolsonaro como ótimo/bom

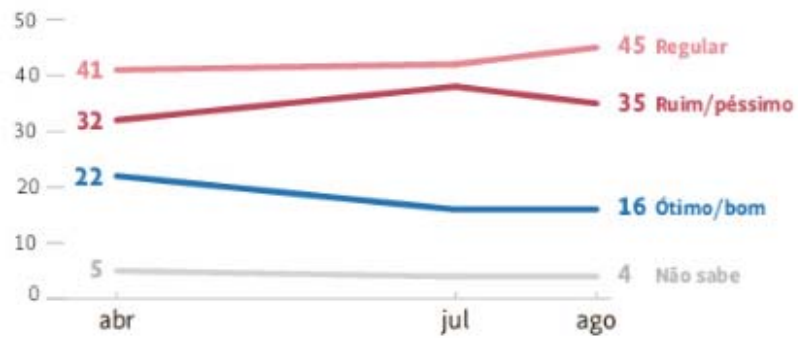
Avaliação de Rodrigo Maia (DEM-RJ) entre os que avaliam o governo como "ótimo/bom", em %





Congresso também é melhor avaliado pela parcela que aprova o governo Bolsonaro

Avaliação do Congresso atual, em %



Avaliação do Congresso atual entre os que aprovam o governo, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos dias 29 e 30.ago, com 2.878 entrevistas em 175 municípios brasileiros. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Qual a escola dos mais privilegiados?

Vera Iaconelli

Duas crianças pequenas chegam à portaria de um prédio de classe média alta em Salvador nos anos 1970.

Um menino branco, morador do prédio, vem acompanhado de seu coleguinha negro para brincar em casa.

O porteiro —negro— pede desculpas, mas a criança negra deverá subir pelo elevador de serviço. Sem se dar conta do descalabro e acostumados com a situação, fazem uma aposta para ver quem chega primeiro no apartamento.

Detalhe: o convívio de ambos só era possível porque a escola em que estudavam tinha cotas gratuitas para crianças pobres —decisão dos jesuítas que a dirigiam. Esse é o relato de um filósofo que hoje luta contra o racismo.

Nasci em São Paulo e nunca vivi nada parecido com isso em minha infância, pois não tive amigos negros na escola, no clube, na rua.

Se você pegar a linha 4-amarela do metrô em direção ao centro, vai se deparar com o contraste entre a beleza das estações e o entorno da região da Luz.

Você terá a sensação de que passou por alguma alfândega sem perceber. É a viagem de um país limpo, seguro, com gente saudável e bem vestida em direção a uma cidade decadente, imunda e perigosa.

Seguindo pela rua Mauá encontrará um antigo hotel abandonado, ocupado há mais de 12 anos por famílias pobres. Se tiver conhecidos lá, poderá entrar e conversar com pessoas que vivem uma vida surreal.

Na Ocupação Mauá, os cidadãos se organizam, cuidam dos filhos, trabalham, estudam, fazem arte e lutam contra o risco iminente de perderem suas casas, seus bens e de verem a família na rua da noite para o dia.

Quando as reintegrações de posse são feitas, as crianças perdem o acesso à escola que frequentavam, ao tratamento que faziam no posto de saúde, aos amigos que tinham. Os moradores não se vitimizam, eles lutam para ter onde morar.

Há iniciativas que tentam atravessar o muro entre os diferentes países nos quais vivemos. Uma amiga me conta que seus netos estudam no Instituto Acaia, uma escola com período integral, de altíssimo nível

educacional no “chantilly” da zona oeste.

Qualquer família de classe média alta em São Paulo pode imaginar o custo estratosférico de um serviço desses.

No entanto, trata-se de uma instituição cujos alunos são crianças pobres, de maioria negra e parda (como é a população brasileira) inteiramente gratuita, criada pela artista plástica Elisa Bracher, que começou oferecendo uma oficina de artes para crianças socialmente carentes. Como era de se desejar, muitos professores também são negros e pardos.

Recentemente essa instituição abriu algumas poucas vagas para crianças pagantes, ampliando o espectro de representatividade da população no seu quadro discente.

Não existe situação mais privilegiada do que uma criança receber educação de altíssimo nível fora da bolha branca de São Paulo —seja ela branca ou negra, ambas têm a ganhar. Mas se assumirmos que boa educação deveria ser para todos, então, trata-se de direito.

O mesmo vale para moradia, saúde e segurança. O brasileiro rico





não deve ter vergonha do que ele tem, mas de não criar condições para que todos tenham.

Afinal, que fantasia insistente é essa de que se começarmos a pensar nos demais seremos tragados para o terrível mundo dos despossuídos —que passou a atender pelo nome de “vai pra Cuba ou Venezuela”?

Não é o medo de perder direitos, mas de perder privilégios, aquilo que se tem em detrimento do outro, na condição de deixar o outro sem. Trata-se de continuarmos indo sozinhos no elevador social, sem a desculpa de sermos crianças.

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar, autora de “O Mal-estar na Maternidade”. É doutora em psicologia pela USP.

Weintraub usa MEC para travar guerra contra a Wikipédia

Ministro está insatisfeito com informações sobre cortes nas universidades e vida pessoal na enciclopédia

Dhiego Maia
SÃO PAULO

Além do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e de seu vice, Hamilton Mourão, apenas três dos 22 ministros do governo federal têm suas biografias blindadas na Wikipédia, enciclopédia online escrita de forma colaborativa.

A blindagem é feita após longo processo de discussão entre os membros da plataforma e busca proteger a trajetória de figuras públicas envolvidas em polêmicas de atos de vandalismo e fake news.

O ministro Sergio Moro (Justiça) está nessa lista. Ele é alvo desde junho de reportagens do site The Intercept Brasil e de outros veículos, inclusive da Folha, que expuseram a sua proximidade com procuradores da Lava Jato e colocaram em dúvida a sua imparcialidade enquanto juiz federal da operação.

Damara Alves, titular da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, também tem esse status. Ela é colecionadora de

manifestações polêmicas, como “menino veste azul e menina veste rosa”.

O terceiro ministro, no entanto, entrou nesse grupo porque encampou uma guerra pessoal contra a Wikipédia.

Abraham Weintraub foi escolhido titular da Educação do governo de Jair Bolsonaro para apagar o incêndio deixado pelo seu antecessor, Ricardo Vélez Rodrigues.

Weintraub diz não concordar com a sua biografia na versão lusófona (para falantes de língua portuguesa) da enciclopédia. Sua página foi criada em 8 de abril deste ano, mesmo dia em que foi anunciado ministro de Bolsonaro.

Weintraub já pediu em junho, por meio da assessoria do ministério, para que sua biografia na enciclopédia fosse apagada. Usou a mesma assessoria para editar informações classificadas por ele de “equivocadas” e que têm a intenção de contribuir para “interpretações dúbias”. Após várias tentativas de modificações desfeitas por editores da plataforma, ameaçou processar a Wikipédia na Justiça.

Segundo as regras da enciclopédia, edições de conteúdo só podem ser feitas se estiverem amparadas por fontes verificáveis, como documentos públicos e reportagens. O biografado não pode, como buscou Weintraub, entrar na própria página e apagar informações reais e já tornadas públicas, principalmente as que mancham a própria trajetória.

Páginas protegidas têm ainda mais restrições. Só podem ser editadas por voluntários que atingiram a categoria de administradores. Esses supereditores têm no histórico ao menos 2.000 edições registradas e boa reputação na comunidade. A página lusófona da Wikipédia conta com ao menos cem administradores.

O verbete de Weintraub diz que o ministro nasceu em 1971, é paulistano e formado em economia. Também informa que ele é professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e trabalhou no mercado financeiro.

Mas não são esses os dados que têm tirado o sono de Weintraub. Em email encaminhado por sua assessoria à Wikipédia e ao qual a Folha teve acesso, o ministro questiona dois pontos de seu perfil: os cortes nos recursos das





universidades e informações sobre sua vida pessoal.

Weintraub nega ter feito cortes no orçamento das universidades, uma medida que inicialmente atingiria as instituições que só faziam “balbúrdia”. Para o ministro, houve um contingenciamento das despesas discricionárias (que exclui salários, por exemplo) –uma espécie de bloqueio.

A Wikipédia mantém o termo “cortes” e deu a fonte: como é utilizado pela mídia brasileira.

Já sobre a sua vida pessoal, o ministro não esclarece o que o incomoda. A página diz que ele foi acusado de nepotismo ao assumir cargo de professor da Unifesp, onde também estão a sua mulher e o seu irmão. Em entrevistas, o ministro disse ter sido aprovado no concurso porque “outros candidatos não apareceram no dia”.

Outro fato relatado é a tentativa de interdição judicial do próprio pai, o psiquiatra Mauro Weintraub, em 2011.

Mauro foi perseguido pela ditadura militar e é autor do livro: “Sonhos e Sombras: a Realidade da Maconha”, que defendeu a descriminalização da maconha no

início dos anos 1980, uma postura progressista para a época. O pedido de interdição de Mauro foi indeferido por falta de subsídios, segundo a Justiça.

Foi Rodrigo Padula, 37, um dos administradores da Wikipédia, quem respondeu uma notificação extrajudicial enviada por email no dia 13 de agosto pela assessoria de Weintraub. O documento diz que com a restrição de acesso à edição de sua página, o ministro ficou “incapacitado de exercer o seu direito à ampla defesa e ao contraditório”.

“O Ministério da Educação aguarda um posicionamento sobre o pedido, dentro do prazo de cinco dias do recebimento deste, sendo o seu silêncio tomado como recusa em atender ao presente pleito, ensejando a adoção das medidas judiciais cabíveis”.

“O ministro cometeu erros graves: usou de forma indevida a assessoria do MEC para uma demanda de cunho pessoal. Numa 'cateirada' clara, tentou nos intimidar porque está insatisfeito com o seu artigo”, diz Padula.

Na resposta ao email do MEC, Padula ofereceu um treinamento para orientar a equipe do ministério sobre as regras da Wikipédia, mas não foi atendido até agora.

“O ministro não entendeu que conflitos de interesse devem ser evitados. É por isso que somos a Wikipédia”. Padula diz que ainda não recebeu nenhuma notificação judicial.

Agora, o caso ganhou outra dimensão. O deputado Marcelo Freixo (PSOL) enviou um requerimento ao MEC que questiona o uso da assessoria do ministério para resolver questões de interesse pessoal de Weintraub na Wikipédia.

“Isso é grave, não é republicano e não está à altura de um cargo como ministro da Educação alguém tão raso, alguém com iniciativas tão pequenas”, disse Freixo em discurso no plenário da Câmara Federal na semana passada.

O ministro terá 30 dias para responder ao requerimento.

Segundo Padula, comportamentos como o do ministro são contraproducentes. “Acaba espantando o trabalho de nossos editores, que são voluntários e vão pensar duas vezes em editar artigos de pessoas públicas”, afirma.

A reportagem da Folha buscou o posicionamento do ministro Abraham Weintraub por uma semana, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

O que eles querem

O que fez o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, desistir de votar a reforma da Previdência esta semana é a falta de recursos para irrigar as bases eleitorais dos senadores. É que, antes da votação, os senadores querem a deliberação sobre o PLN 18, o projeto que abre um crédito suplementar de R\$ 3 bilhões, dos quais uma parte pode ser aplicada nas emendas.

» » »

A avaliação no Senado é de que, nas últimas três semanas, os deputados emplacaram a diretoria da Codevasf e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Aos senadores, que na semana passada votaram a reforma previdenciária na Comissão de Constituição e Justiça, mal surgiu um “muito obrigado”.

Liberdade de escolha

Dois acontecimentos recentes reafirmaram a robustez do sentimento democrático da sociedade brasileira. Um deles: o decreto que regulamenta a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O outro: o vai e vem da censura à obra infantojuvenil Vingadores, exposta na Bienal Internacional de Livros do Rio, encerrada no domingo.

Tema crucial para o Brasil, a educação espera a definição de rumos prometida pelo MEC. O século 21, marcado pelas profundas mudanças decorrentes da inovação, pede currículos e procedimentos modernos, adequados à contemporaneidade. O desafio não constitui exclusividade nacional. O mundo — sobretudo as nações desenvolvidas — busca respostas aptas a fazer a leitura correta do tempo.

Na campanha eleitoral, Jair Bolsonaro exaltou as escolas cívico-militares e criticou as demais escolas públicas. Fixou-se, sobretudo, na segurança e na disciplina. Poderia ter ido além. Os alunos das primeiras têm excelente desempenho nas avaliações a que são submetidos. Daí por que as instituições têm grande

procura. Em razão da demanda, selecionam os discentes com rigoroso exame de admissão. Só os melhores entram.

Temia-se, não sem razão, que esse tipo de escola fosse imposto aos 150 mil colégios de ensino básico existentes no país. Não foi o que aconteceu. A portaria do governo prevê adesão voluntária. Espera que, até 2022, 10% dos colégios da rede pública de ensino estejam no esquema da gestão compartilhada. Os demais aguardam iniciativas que os modernizem e os tornem aptos a oferecer ensino de qualidade. Não há necessidade de buscar modelos no exterior. Estados como Ceará e Pernambuco podem inspirar projetos.

O importante é a diversidade de opções. A escolha é dos pais. Com nível de excelência semelhante, eles decidirão em que escola matricularão os filhos. Esse, aliás, foi o recado dado pelos brasileiros na Bienal do Rio. Em manifestações de protestos, crianças, jovens e adultos disseram não à censura. Arbitrar o que é melhor para os filhos é direito dos pais.

De portas abertas para a terceira idade

Instituições de ensino superior do DF oferecem serviços gratuitos para idosos com o objetivo de promover bem-estar físico, psíquico e emocional

Ana Paula Lisboa

Instituições de ensino superior da capital do país prestam um rico serviço à terceira idade, oferecendo, gratuitamente, atividades que beneficiam o corpo, a mente e as emoções. Capacitação para inclusão digital, atividade física, roda de conversa com apoio psicológico e alfabetização são apenas alguns exemplos de tarefas que estudantes de faculdades, centros universitários e universidades colocam em prática para proveito de idosos. De acordo com Thiago Póvoa, presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Distrito Federal (SBGG-DF), esse tipo de iniciativa é fundamental. “São serviços muito necessários. Do ponto de vista de quem envelhece, esse estímulo é muito importante”, avalia.

O valor de iniciativas do tipo tem base em duas principais necessidades de todo ser humano, incluindo os idosos: a de manter a mente ativa, aprendendo, e a de socializar. “O cérebro é um órgão que, assim como os músculos, sofre atrofia, perde capacidades se não for muito usado”, destaca. Segundo o geriatra, que trabalha em instituições como o Hospital Brasília e Hospital

Sírio-Libanês, a convivência comunitária é outro ingrediente indispensável para a qualidade de vida dos idosos. “Diversos estudos mostram que as pessoas com mais longevidade têm em comum a vida em comunidade”, diz. “O acesso a essa vivência pode se dar pela família, por instituições religiosas ou outras, até projetos em grupo desenvolvidos em faculdades para promover saúde, ludicidade, atividade física, formação, disseminação de conhecimento”, comenta.

Envolvimento social

De acordo com o IBGE, a depressão é um dos males emocionais que mais atinge os idosos: os brasileiros de 60 a 64 anos representam a faixa etária com maior proporção de pessoas acometidas com a doença (11,1%), entre os 11,2 milhões de brasileiros diagnosticados com depressão. Trata-se da parcela da população com maior índice do problema. A taxa de idosos deprimidos tem aumentado ao longo dos anos, o que reforça a importância de que a população com mais de 60 anos se engaje em atividades que permitam convívio social — caso das oferecidas por instituições de ensino.

Nesses projetos e grupos, a interação, inclusive, não é somente com outros idosos, mas também com jovens, adultos e pessoas de todas as faixas etárias, pois quem organiza e ministra as atividades são

estudantes, professores e profissionais. O geriatra Thiago Póvoa analisa que o maior prejuízo aos idosos que se negam a participar de atividades do tipo é o isolamento social. “A pessoa acaba se distanciando, seja de familiares, seja de amigos. Ao não buscar o contato com outros, deixam de ser amáveis, se isolam, se retraem e ficam sem estímulo”, pondera. “E isso abre portas para doenças como depressão, déficit de memória, mal de Alzheimer.” Na avaliação do médico, para que os idosos passem a ser mais abertos, é importante que a sociedade se conscientize do valor deles.

“Existe uma série de limitações que são inerentes ao estado clínico do idoso. Os velhinhos até dizem que quem inventou o conceito de ‘melhor idade’ é um canalha. A verdade é que, sim, existem restrições, mas o que a família, os amigos, o grupo social e a sociedade devem deixar claro é que ser velho é legal”, defende. “Tem muita atividade legal que a gente pode fazer. E o estímulo da comunidade é fundamental para isso. É preciso ter uma comunidade que goste de receber o idoso.” Thiago Póvoa argumenta que essa boa recepção deve ser encontrada em todos os idosos, das calçadas aos restaurantes, das igrejas às instituições de ensino. “Inclusive, no que diz respeito às universidades, elas precisam ser mais abertas ao





saber da terceira idade. Eles têm muito o que passar, muito a dividir.”

Longevidade em alta

O aumento da longevidade humana é uma das maiores conquistas dos avanços científicos. A expectativa de vida do brasileiro é de 76 anos, enquanto a dos brasilienses é de 78 anos. E esses números só devem crescer à medida que o país se desenvolve e aumentam os cuidados com saúde e bem-estar. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que existam cerca de 30 milhões de idosos no país — equivalente a toda a população de nações como Angola e Gana. A quantidade de pessoas na terceira idade avança a passos largos tanto aqui quanto no mundo. A OMS estima que, até 2050, os idosos chegarão a ser 2 bilhões de pessoas em todo o mundo, equivalente a um quinto da população mundial.

Para evitar quedas

Quem avista a quadra esportiva do Centro Olímpico da Universidade de Brasília (CO/UnB) durante o horário em que são ministradas as turmas de circuito de equilíbrio pode não se dar conta, num primeiro olhar, de que os alunos que se movimentam ali com o maior vigor já passaram dos 60 anos. À frente do grupo, está a professora Juliana Nunes de Almeida Costa, que iniciou essas aulas gratuitas em 2008, com o objetivo de aumentar a confiança e reduzir o risco de quedas. Participantes como Paulo Romano, 89 anos, e Nilza Castro, 76 anos, são só elogios para a atividade. “Eu sinto a diferença. Antes, eu ficava sem

confiança em movimentos que exigem maior equilíbrio, como subir ou descer uma escada, apanhar alguma coisa no chão ou no alto, ou até caminhar”, comemora Paulo.

Nilza é veterana na atividade do CO/UnB. “Esta é a terceira vez que participo. Eu sempre me sinto muito bem nas aulas. Prefiro o circuito do que a academia, por ser ao ar livre, ter mais interação com outras pessoas e muita alegria. Eu sou fã número um da professora Juliana”, declara a paulista, que tem um filho e três netos. Tanto ela quanto Paulo são alunos muito assíduos, algo importante para se manter na atividade. “Tem fila de espera, quem falta e não justifica pode perder a vaga”, observa Juliana. O sucesso da turma se dá pelo fato de o circuito envolver as três esferas necessárias ao se trabalhar com idosos. “É preciso atuar nos aspectos bio, psico e social. Se você disser para o idoso vir aqui treinar só o físico, ele vai sair correndo”, brinca.

Desde 2008, mais de 1 mil participantes passaram pelo circuito na UnB. Educadora física pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em educação física e doutora em ciências da saúde pela UnB, Juliana criou o projeto durante pesquisa de mestrado e o expandiu durante o doutorado — quando o levou para instituições como Sesc (Serviço Social do Comércio) e Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. Juliana mantém o projeto por pura paixão. Após terminar o doutorado, ela voltou para a UnB, como professora voluntária, sem ganhar um centavo, a fim de dar continuidade ao circuito de equilíbrio. Interessados na atividade podem entrar em contato

pelo telefone 3107-2557. Turmas são abertas semestralmente no CO/UnB.

O valor do apoio psicológico

A goiana Suely Pedro Veras, 65 anos, está entre as participantes de roda de conversa entre idosos promovida por alunos e professores de psicologia do Centro Universitário Iesb. A atividade ocorre no Câmpus Oeste, em Ceilândia. “Eu vim encaminhada por psiquiatra por sofrer de depressão”, conta Suely. Há três anos, ela começou a ter sessões de atendimento individual com estudantes de psicologia da instituição. “Depois de dois semestres, pensei: ‘estou bem, vou dar oportunidade para outros’. Então, vim para o grupo, que é muito bom”, elogia. “O mais bacana é a experiência de vida de cada um. Tem dias em que chego aqui e penso que meu problema é o maior do mundo, mas ouvindo os outros, vejo que não é, aprendo com os outros.”

Atualmente, há duas turmas em funcionamento, cada uma com cerca de 20 participantes. Quando há lista de espera, a turma pode chegar a 25. Um grupo é às terças pela manhã; o outro, nas sextas, também pela manhã. A atividade dura duas horas. A professora de psicologia do Iesb Greici Cerqueira observa que “o objetivo do grupo é promover a saúde a partir da sociabilidade, da formação de vínculos e do encontro desses idosos que, muitas vezes, se sentem inúteis e incapazes”. Ela destaca que há muitas situações de vida que essas pessoas não têm com quem compartilhar e elas encontram no grupo um lugar seguro para trocar





ideias e desabafar. “O grupo de idosos foi pensado, principalmente, para o desenvolvimento de vínculos e pensando em atividades que possam desenvolver depois da aposentadoria”, diz a coordenadora Hannya Herrera.

A cada semestre, formandos do Lesb conduzem a atividade. “A gente começa os encontros fazendo uma dinâmica. Depois, sugere um assunto de discussão. É na troca e na conversação que acontece aprendizagem”, explica Maria Genuína Oliveira Batista, 57 anos, aluna do 10º semestre de psicologia. As turmas da roda de conversa são abertas a cada semestre. Confira mais informações pelo telefone 3340-3747.

Leia mais e confira o especial completo no link
especiais.correiobraziliense.com.br/faculdadesatendemidosos

ESPECIAL ENEM »

Foco em ecologia

Jairo Macedo
Especial para o Correio



Paulo Ferrari (E), Juliana Gaspar e Alessandro Reis: dicas para estudantes

A prova de ciências da natureza do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi tema da live do Correio no Facebook, na tarde de ontem. O bate-papo faz parte do Especial Enem do Correio. Os professores Alessandro Reis (biologia), Juliana Gaspar (química) e Paulo Ferrari (física), do Sigma, resolveram abrir banco de questões do suplemento e avaliaram o que pode cair no exame deste ano. Para eles, temas como ecologia e potência elétrica certamente estarão na prova. Cabe ao candidato não

esquecer das possibilidades interdisciplinares do exame e estudar os conteúdos de modo igualitário.

“Os eixos centrais são bem divididos: 15 questões para cada disciplina. Normalmente, quem se prepara de maneira homogênea se sai bem, pois os itens requerem essa capacidade adaptativa. Esse é o grande desafio das questões mais difíceis da prova”, afirma Paulo Ferrari. “É a prova mais difícil e, especialmente em cursos de alta demanda, não dá para escolher sobre qual matéria estudar mais”, acrescenta Juliana Gaspar.

“O candidato deve estar confortável em pegar a base teórica que ele já tem e aplicá-la em contextos que ele não esperava”, destaca Ferrari. “Desse modo, o estudante pega um aspecto tradicional da biologia, como a percepção da visão ou audição, e o vê do ponto de vista físico”, diz ele. “O exame pede um bom generalista, hábil na resolução de problemas usando das mais diversas

ferramentas”, acrescenta Alessandro Reis.

Especialmente em relação à ecologia, Reis vê necessidade de não fugir da ciência que envolve os incêndios recentes na Amazônia. “O país é alvo de críticas internacionais sobre a sua gestão ambiental. Espero que não haja interferência governamental nem que a prova se esquive de falar de ecologia. O aluno precisa de uma visão crítica do que está ocorrendo”, diz.”

“O candidato deve estar confortável em pegar a base teórica que ele já tem e aplicá-la em contextos que ele não esperava”

Paulo Ferrari, professor de física

Nova live hoje

Nesta terça-feira (10), às 15h, haverá nova live sobre o Enem, desta vez com o professor de matemática Paulo Luiz, do Sigma. Ele resolve questões de anos anteriores do exame. Acesse o Facebook do Correio ([facebook.com/euestudante](https://www.facebook.com/euestudante)) e confira.



Carteira estudantil digital começará a ser emitida em 90 dias

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

A carteira estudantil digital começará a ser emitida em 90 dias e será ofertada nas lojas Google Play e Apple Store. Com o documento, os estudantes vão poder pagar meia-entrada em shows, cinema, teatro e outros eventos culturais. O prazo começa a contar hoje (9), com a publicação da medida provisória (MP) que dispõe sobre o pagamento de meia-entrada no Diário Oficial da União.

O estudante que solicitar a carteira digital terá que consentir com o compartilhamento dos dados cadastrais e pessoais com o Ministério da Educação (MEC) para subsidiar o Sistema Educacional Brasileiro — o novo banco de dados nacional dos alunos, a ser criado e mantido pela pasta.

O MEC poderá usar essas informações apenas para formulação, implementação, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas. O sigilo dos dados pessoais deve ser garantido sempre que possível.

O estudante com idade igual ou superior a 18 anos e o responsável legal pelo aluno menor de idade responderão pelas informações autodeclaradas e estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais previstas em lei na hipótese de fraude.

De acordo com a MP, a carteirinha digital poderá ser emitida pelo MEC; pela Associação Nacional de Pós-Graduandos; pela União Nacional dos Estudantes (UNE); pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); por entidades

estudantis estaduais, municipais e distritais; diretórios centrais dos estudantes; centros e diretórios acadêmicos e outras entidades de ensino e associações representativas dos estudantes, conforme definido em ato do ministro da Educação.

O MEC poderá ainda firmar contrato ou instrumento congênere com a Caixa Econômica Federal para emissão gratuita ao estudante do modelo físico da carteira de identificação estudantil.

Segundo a MP, a nova carteira estudantil física solicitada em um ano será válida até 31 de março do ano seguinte e a digital, enquanto o aluno permanecer matriculado em estabelecimento que forneça os níveis e as modalidades de educação e ensino. O documento perderá a validade quando o estudante se desvincular do estabelecimento.



Abertas inscrições para 2ª Olimpíada de Matemática de Escolas Públicas

Por Alana Gandra -
Repórter da Agência Brasil Rio
de Janeiro

Estão abertas, a partir de hoje (9), as inscrições para 2ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - Nível A (OBMEP - Nível A) para estudantes das 4ª e 5ª séries do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas municipais, estaduais e federais. No ano passado, primeiro ano de implantação da prova, 1,5 milhão de estudantes de 20 mil escolas públicas de todo Brasil participaram da olimpíada, criada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa).

Na avaliação do coordenador geral da OBMEP e diretor adjunto do Impa, Claudio Landim, a olimpíada do ano passado “foi um sucesso, porque tivemos pouco tempo para anunciar. Os resultados foram animadores”.

Mais de 2 mil municípios se inscreveram para a prova do Nível A.

A prova do Nível A é diferente das provas da OBMEP tradicional, destinada a estudantes do 6º ano do ensino fundamental e aos do ensino médio e que acontece desde 2005. Essas são impressas e enviadas às escolas pelo Impa, que depois seleciona os alunos que participam da segunda fase. É o instituto que também aplica as provas fisicamente em 9 mil centros do país.

“A prova do Nível A é um pouco diferente, porque nós preparamos as provas e as enviamos às secretarias municipais [de Educação], que ficam encarregadas de aplicar nas escolas. Nós não temos acesso às provas, apenas a um número de municípios inscritos e solicitamos a algumas escolas que nos mandem informações para estabelecermos

parâmetros para as premiações”, explicou o coordenador geral da OBMEP.

Mudança do ensino

As inscrições para a OBMEP Nível - A são gratuitas e deverão ser feitas em nome das escolas, exclusivamente pelas secretarias de Educação municipais e estaduais ou pelos representantes das escolas federais, por meio de um link enviado por e-mail. Dúvidas podem ser esclarecidas em nivela@obmep.org.br. As inscrições se estenderão até 11 de outubro.

Um comitê de provas do Impa é encarregado de elaborar os problemas que constam das provas. Claudio Landim destacou que esses problemas são muito diferentes da matemática que é ensinada nas escolas. “E isso estimula muito os professores a introduzirem esses problemas em suas aulas. Acabamos tendo um impacto real na mudança do ensino da matemática no país”.





A prova elaborada pelo Impa para o Nível A tem 15 questões objetivas e será aplicada nas escolas inscritas em 29 de outubro. O estudante terá uma hora e 30 minutos para resolvê-la. “Nós diminuimos o número de problemas porque os professores no ano passado acharam a prova muito longa e cansativa para os alunos do 4º e 5º ano que são crianças ainda bem pequenas”, disse Landim.

De acordo com o Impa, o conteúdo das provas segue os parâmetros curriculares nacionais para alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental. As questões privilegiam o raciocínio lógico e a criatividade. O objetivo da OBMEP - Nível A é estimular o estudo da matemática, contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, identificar jovens talentos e promover inclusão social.

A primeira edição da OBMEP - Nível A aconteceu em 2018. A olimpíada é realizada pelo Impa, com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e dos ministérios da Ciência,

Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e da Educação (MEC).

A OBMEP para alunos do 6º ano ao ensino médio, por sua vez, tem média de participação de 18 milhões de estudantes por ano. “Este ano, são 18,235 milhões”, revelou Claudio Landim.

Projeto piloto

O Impa está iniciando um projeto-piloto de formação de professores do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Todas as atividades da olimpíada vêm acompanhadas de programas para estimular o ensino da matemática. “São impressionantes as lacunas nessa área. Descobri recentemente que alunos de pedagogia nas melhores universidades do Brasil não têm aulas de matemática e, portanto, chegam às escolas muitas vezes sem saber matemática. E se não sabe matemática é incapaz de ensinar e o aluno chega no sexto ano com deficiências sérias na matéria”.

Por isso, o Impa está produzindo material didático para tentar melhorar a qualidade do ensino da matemática nessa primeira faixa. A ideia é que esse curso seja oferecido presencialmente às secretarias municipais e estaduais que aderiram ao programa e, depois, oferecido virtualmente às outras. O material didático ficará disponível depois na internet.

O Impa fez parceria com a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, cujos professores vão ao instituto uma vez por mês terem aula de matemática. Claudio Landim considerou essa troca excelente. No ano que vem, disse que a ideia é estender o projeto a diversas secretarias municipais, aproveitando a parceria existente entre Impa e o Itaú Social, que tem uma rede de conexão com as secretarias municipais. Landim revelou que em 2020, a ideia é estender o programa para essa rede, de modo a beneficiar 200 municípios do país.